

Trump, Biden e nós

Nuno Severiano Teixeira
O Mundo às Avessas

Nas eleições americanas votam os americanos. Mas os seus resultados têm um impacto global e afectam-nos a todos nós. Europeus e portugueses, em particular. Não é, por isso, indiferente quem será o próximo Presidente: Trump ou Biden? Uma vitória de Trump significaria um segundo mandato ainda mais disruptivo. Relegitimado pelo voto popular, Trump sentiria reforçada a convicção populista de que está em comunhão com o povo americano. Sentir-se-ia mais livre de constrangimentos institucionais e sujeitaria, ainda mais, a razão de Estado aos interesses pessoais. Continuará a desrespeitar os opositores e a despedir os colaboradores, que ousassem uma palavra independente. Pelo Twitter, com certeza. O círculo seria cada vez mais fechado e não ultrapassaria a família próxima e os ultrafiéis. Se o primeiro mandato foi o do ataque às regras informais da cultura política democrática, o segundo poderia bem ser o do ataque às regras formais da democracia.

Em no plano internacional? Significaria, certamente, a radicalização do *America First*. Por um lado, a confirmação da retirada estratégica americana e o abandono definitivo da liderança global. Como a pandemia, de resto, já mostrou. Por outro, o desmantelamento final do que ainda resta da ordem internacional liberal. Primeiro, o reforço do proteccionismo económico: depois da revisão ou do cancelamento dos acordos de livre comércio do primeiro mandato, poderia chegar o *decoupling* total das duas maiores economias do mundo e o fecho da economia global. Segundo, a tentação de pôr fim às alianças militares permanentes: depois da descredibilização do Artigo V da Aliança Atlântica, no primeiro mandato, poderia bem chegar a vez da retirada da NATO no segundo. Ou das tropas americanas da Coreia do Norte, sob pretexto de um novo acordo. Terceiro, a denúncia dos acordos multilaterais. Depois da saída do Acordo de Paris sobre o clima, do acordo nuclear do Irão, da Comissão dos Direitos Humanos ou da OMS, já consumadas, outras agências poderiam seguir-se, agravando a crise do multilateralismo e do sistema da Nações Unidas.

Finalmente, a cultura transaccional de Trump em que só valem dinheiro e poder e não valem os valores afastá-lo-ia cada vez mais dos aliados democráticos. O seu fascínio pelos ditadores faria o resto. Mas o abandono da liderança mundial e a retirada das organizações multilaterais agravaria o vazio estratégico internacional que a China não hesitaria em ocupar. Uma vitória de Biden significaria, pelo

contrário, restaurar os princípios fundamentais da política externa americana. O regresso da abertura ao mundo, o resgate da liderança liberal. Restauraria, certamente, a aliança com os aliados democráticos, e anunciou já uma cimeira das democracias. Reforçaria o vínculo transatlântico: a confiança na NATO e a relação com a União Europeia. Avisou já o Reino Unido de que não haverá acordo comercial com os Estados Unidos se não houver acordo com a UE. Regressaria ao princípio da cooperação multilateral e traria de volta os Estados Unidos aos acordos multilaterais e às organizações internacionais. Anunciou mesmo que regressará ao acordo do clima e ao acordo nuclear com o Irão. E aproveitaria o regresso às agências da ONU para pressionar a sua reforma. E, claro, seria firme com os ditadores e regressaria à promoção da democracia e à defesa dos direitos humanos. Mas atenção! Enganam-se os que pensam que Biden significaria o regresso, puro e simples, da era Obama. Não significa.

Há uma nova geração no Partido Democrata que defende que o mundo mudou e que é preciso reatualizar os princípios. Porque mundo está dividido entre democracia e autoritarismo. Porque a democracia está em crise e a cooperação internacional se tornou mais difícil. E por isso defendem uma nova política externa, mais assertiva. Uma política económica internacional que recalibre a globalização. Uma política activa de promoção da democracia e defesa das normas liberais. E uma estratégia de cooperação entre democracias para enfrentar as ditaduras. Uma política que evite a confrontação, mas que não hesite em competir directamente com a China. Com Biden, o mundo estaria mais seguro. Nós, europeus e portugueses, estaríamos mais seguros. Mas, com Trump ou com Biden, sem autonomia estratégica, talvez não tenhamos o luxo de não escolher entre os Estados Unidos e a China. E a escolha não é económica. É entre dois sistemas de valores, dois modelos políticos e duas hegemonias internacionais.

Professor catedrático da Univ. Nova de Lisboa. Director do Instituto Português de Relações Internacionais



A escolha é entre dois sistemas de valores, dois modelos políticos e duas hegemonias internacionais



Vítor Caldeira: um herói improvável

Manuel Soares

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), informado na véspera, ao telefone, pelo primeiro-ministro, de que não seria reconduzido, transformou-se num herói improvável. Ao contrário do seu antecessor, Guilherme d'Oliveira Martins, que foi três vezes ministro nos governos de Guterres e saiu da bancada parlamentar do partido socialista para presidir ao TdC, Vítor Caldeira não tem passado político-partidário. Foi sempre um jurista discreto, de perfil técnico e com carreira na administração pública, primeiro na Inspeção-Geral de Finanças, de 1989 a 2000, e depois no Tribunal de Contas Europeu, de 2000 a 2018. Se fosse pessoa de afronta, perdendo o sentido institucional do cargo, não lhe teriam faltado oportunidades para responder às muitas reacções destemperadas de responsáveis políticos descontentes com as auditorias do TdC. Lembro as seguintes: “conjunto de banalidades” (ministro Manuel Heitor, sobre o financiamento do ensino superior), “tecnicamente incompetente”, “de baixíssima qualidade”, “falso” e “lamentável” (presidente da CML Fernando Medina, sobre a venda de património da Segurança Social), “mentecaptos” e “tralha toda da maluqueira nacional” (deputado Ascenso Simões, sobre a mesma auditoria) e “parcial e enviesado” (ex-ministro Álvaro Santos Pereira, sobre as contrapartidas na compra de 12 aviões).

O presidente do TdC é nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do governo, para um mandato de quatro anos renovável. A lei não lhe atribui praticamente poderes jurisdicionais nem possibilidade real de interferir no sentido das decisões do tribunal. Tem funções administrativas e de representação, preside às sessões, mas só vota certas decisões quando há empate e nem sequer tem direito de voto na aprovação dos relatórios das auditorias. Para além disso, os juizes do TdC são independentes e não se vergariam a quaisquer instruções de comissários políticos. Portanto, se o “despedimento” de Vítor Caldeira foi um castigo pela rebeldia do tribunal, apanhou por tabela, por decisões em que não podia – nem devia – interferir. Não é apropriado, para mim, especular sobre a intenção do Governo de não reconduzir o presidente do TdC. Interessa-me mais analisar o efeito negativo dessa decisão, no contexto de percepção pública que se criou. Por um lado, a ideia de que o Governo possa querer alguém “amigo” a presidir ao TdC dificulta muito a escolha do novo presidente. Não é qualquer um que está para se sujeitar a esse rótulo. Por outro lado, se for nomeado alguém com ligação à vida

político-partidária, por mínima que seja, será inevitável que isso suscite interrogações, injustas e perigosas, sobre a independência das futuras decisões do TdC. Ouso pois sugerir uma solução para resolver o problema, dentro do actual quadro constitucional, respeitando a história do TdC e salvaguardando aquilo que é mais essencial: a sua independência.

Para além do actual, a seguir a 1974, o TdC teve quatro presidentes, dois com ligações político-partidárias – Guilherme d'Oliveira Martins e Sousa Franco, que saiu do presidente do TdC para ministro das Finanças de Guterres – e dois provenientes das magistraturas – Alfredo José de Sousa e João Pinheiro de Farinha.

A real independência dos tribunais de contas e instituições semelhantes face ao poder executivo está no topo das preocupações da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI) – ver Declarações de Lima e México, de 1977 e 2007, e Resoluções da Assembleia-Geral das Nações Unidas A/66/209, de 2011, e A/69/228, de 2015. Uma



A ideia de que o Governo possa querer alguém ‘amigo’ a presidir ao TdC dificulta muito a escolha do novo presidente



das boas práticas recomendadas pela INTOSAI é a nomeação dos presidentes, de entre os membros da instituição, com experiência mínima de cinco anos, ou de pessoas que desempenhem ou tenham desempenhado funções equivalentes em instituições congéneras nacionais ou da União Europeia (Princípio 2, GUID 9030, 2019, INTOSAI). Pois bem, no TdC, exercem funções 18 juizes, muitos deles oriundos das magistraturas.

Chegaram lá todos por mérito próprio, num concurso que avaliou a sua competência, experiência e independência. Se é para nomear alguém com um perfil que dê garantias de imunidade a favores ou desfavores políticos a quem quer que seja, não há-de ser assim tão difícil o primeiro-ministro e o Presidente da República encontrarem no próprio tribunal um futuro presidente com essas qualidades.

Nota: texto escrito antes de conhecida a nomeação do novo presidente do TdC

Presidente da Direcção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses